

Sumário: A reflexão teológica e a discussão pastoral permitem ao autor ampliar o tema sobre a Igreja e sua organização hierárquica, abordando questões institucionais à luz dos questionamentos atuais. O primeiro capítulo trata do culto sacrificial a cargo dos presbíteros, como característica da Igreja católica. O segundo aborda a função diretiva exercida na Igreja por homens e mulheres. O terceiro analisa o papel da mulher na “Igreja doméstica” como educadora da fé na família, onde as tarefas de esposa e mãe estão intimamente correlacionadas. O quarto focaliza a educação dos filhos no lar como escola de enriquecimento humano em termos de valores e vivências que serão marcantes na vida e na religiosidade.

Abstract: Theological reflection and the insights gained from revised policies and plants for promoting good and undoing evil both in the Church's pastoral activities and in the endeavors of the State result in a feedback to consider the Church as an institution and its hierarchical structure. This approach provides a starting point to discuss constructively institutional elements in response to questions that are being raised today. Firstly being dealt with is the sacrificial cult which in the Catholic Church is performed properly by ordained priests. Secondly, the vision is focused on the directive function of the local Church handed over to both men and women. Thirdly, the subject under consideration is the women's role as teachers of faith in the family, known as a domestic Church, where the tasks as wife and mother are closely correlated. Fourthly, the subject taken into account is the formation of the children in the family as a school of human development with all relevant stages of growth of character and religious conviction under the existing conditions for the attainment of ends.

Homens e mulheres engajados na Igreja

*Luís I.J. Stadelmann, SJ**

* O Autor, jesuíta, é Doutor em Língua e Literatura Semítica e Mestre em Ciências Bíblicas, e Professor no ITESC.



Introdução

Quando se aborda a questão dos papéis femininos, mas também dos masculinos, costuma-se passar em revista as profissões masculinas e femininas exercidas no mundo atual. Constata-se que as atividades da mulher não são aprioristicamente determinadas, mas influenciadas pelos contextos ambientais e que, portanto, tanto para a mulher como para o homem, existe interação dialética entre natureza e cultura. Entretanto, na Igreja sempre teria predominado um androcentrismo. Assim, as estruturas eclesiais da Igreja, marcadas de patriarcalismo, marginalizaram e silenciaram as mulheres através dos séculos.

1. O culto sacrificial na Igreja a cargo dos presbíteros

Uma revisão do papel da mulher na Igreja a partir do enfoque que não seja o do patriarcalismo, desde a Antigüidade até hoje, requer que se ofereça à reflexão um argumento teológico que tenha marcado o cristianismo desde a sua fundação. Esse argumento consiste na continuidade das venerandas tradições religiosas do Antigo Testamento para a era cristã. O que está em pauta é o confronto entre o judaísmo e o cristianismo, porque cada um arroga a si o direito de ser o legítimo herdeiro da religião de Israel. O fator decisivo não é a comunidade de fé israelita morando na terra pátria, nem o Templo de Jerusalém como centro do Povo Eleito, mas o fato de ser ou não ser uma religião viva que serve de mediação dos dons salvíficos para os fiéis. Ora, o elemento determinante da salvação é a sagrada Aliança de Moisés do AT que chega à plenitude na Nova Aliança de Cristo no NT. Entretanto, essa Aliança precisa ser ratificada por um sacrifício para que ela seja eficaz na comunidade de fé, caso contrário existiria apenas como evocação de um evento do passado. Acontece, porém, que com a destruição do Templo, em 70 d.C., não se ofereciam mais sacrifícios e por isso a religião israelita perdeu o caráter de mediação dos dons salvíficos para o Povo Eleito e a humanidade¹.

¹ Quanto ao culto sacrificial no judaísmo há a expectativa de restaurar-se no futuro a prática dos sacrifícios no altar restaurado do Templo em Jerusalém. E para que esses sacrifícios sejam válidos e legítimos, dentro das normas religiosas e jurídicas do judaísmo, o oficiante dos sacrifícios deverá pertencer a uma das famílias sacerdotais da linhagem de Aarão, como eram os oficiantes litúrgicos do partido dos saduceus. Assim, os nomes de família Coen, Cohn, Cohen, derivados do hebraico *kôhçn* (sacerdote), são cadastrados no rol dos sacerdotes a serem convocados para officiar no ritual dos sacrifícios.



Além disso, o sacerdócio do AT era também sinal da Eleição divina do Povo de Deus, e por isso, perdendo a instituição do sacerdócio, o povo se perguntava se os outros sinais eram suficientes para compensá-lo².

Já que o judaísmo não exerce o papel de mediação dos dons salvíficos em favor dos fiéis, em virtude da Aliança do AT, brotou uma nova fonte de salvação que consiste na obra da redenção de Cristo, cujos méritos são depositados no tesouro guardado no céu e que Deus Pai distribui aos fiéis (Ef 2,7-10). Surge a pergunta se a Aliança do AT deixou de existir, ficando obsoleta, ou não se aplica mais ao Povo Eleito. Em resposta a essa pergunta citamos a passagem do apóstolo Paulo, que afirma em termos bem claros: “*Deus não rejeitou seu povo*” (Rm 11,1). Entretanto, ele faz uma ressalva, dizendo que o Povo Eleito não continua em vigor como um todo nem dispõe de condições privilegiadas para existir como tal, mas somente um “*resto está escolhido pela graça*” (Rm 11,5).

A idéia de “um resto do Povo Eleito” não é nova, pois foi introduzida nos livros proféticos do AT após a queda do Reino do Norte, por ocasião da invasão e conquista de Samaria pelos exércitos assírios (em 721 a.C.). Aconteceu aí um fenômeno novo na história, que se pode denominar um afunilamento do povo de Israel: com a perda de dez tribos, ficou o Povo Eleito reduzido a apenas duas tribos, a saber, Judá e Levi. Entretanto, a tribo de Levi nunca possuía um território como propriedade tribal, *de jure et facto*, porque os membros dessa tribo eram os levitas que exerciam funções culturais nos santuários das outras tribos israelitas. São essas duas tribos que constituem um “resto”, adotando-se a palavra “resto” para designar, a partir de então, o Povo de Deus: “*resto do povo*” (Is 11,11; Ag 1,12.14; 2,2; Zc 8,6.11s; Ne 7,11); “*resto de Israel*” (Is 46,3; Mq 2,12; Jr 6,9; 31,7; 40,15; Ez 9,8; 11,13; Sf 3,13; 1Cr 12,19; 2Cr 34,9); “*resto de Josê*” (Am 5,15); “*resto de Jacó*” (Is 10,21; Mq 5,6s); “*resto de Judá*” (Jr 40,15; 42,15.19; 43,5; 44,14.28; Sf 2,7). É de notar-se que a experiência do processo de afunilamento não tinha só um impacto demográfico, mas tinha sobretudo um impacto sobre a vida religiosa. Com efeito, os salmistas introduziram na oração litúrgica não apenas a dolorosa constatação desse processo de afunilamento, mas incluíram a

2 A ordenação dos homens no Antigo Testamento é vista em dois sentidos: a) como sinal para o Povo Eleito ter a certeza de que esteja vivendo sob a Eleição divina (incluída a relação da instituição sacerdotal com a religião histórica) e b) como função de ministros do culto. Quanto aos quatro sinais da Eleição divina no AT, são os seguintes: dois em âmbito religioso: o Sacerdócio e o Templo de Jerusalém; e dois em âmbito político: a Realza davídica e Jerusalém como centro político do povo de Israel.



reflexão sobre os efeitos disso no comportamento religioso dos israelitas, que se afligiam com o quadro sombrio que no futuro aguardaria o “resto” de Israel, com poucas chances de sobrevivência do Povo Eleito, se Deus não intervier na história sagrada³. Destarte, o apóstolo Paulo retoma um termo já muito usado na Bíblia para designar o afinilamento do Povo Eleito, que ficou reduzido a um “resto” dentro do povo judeu. Ele falava de um “resto” do Povo Eleito, não como mera minoria religiosa que corre o risco de ser absorvida pela maioria de outras crenças, mas como sendo o grupo de judeu-cristãos, convertidos do judaísmo à comunidade cristã em virtude da fé em Cristo. Daí, os judeu-cristãos têm um duplo objetivo no cristianismo: ser sinal de continuidade da história salvífica desde o AT para o NT e partilhar os dons da “Eleição” divina com os gentio-cristãos na comunidade de fé. Nessa partilha, eles assumem a missão de colaborar na obra de mediação dos dons salvíficos para toda a humanidade, abrindo-se assim ao âmbito da história salvífica universal do Reino de Deus. Este ultrapassa a dimensão da história salvífica particular do AT, que estava restrita ao Povo Eleito⁴.

Em face da diminuição do número de fiéis cadastrados nas sinagogas do judaísmo, os líderes judaicos não podiam ficar indiferentes à expansão do cristianismo. Desencadeou-se então uma perseguição judaica às comunidades cristãs, não só na Palestina, mas também em outras regiões do vasto Império Romano. O motivo da hostilidade dos judeus contra os cristãos não era uma luta pela hegemonia religiosa entre grupos rivais, mas o confronto com um novo sistema religioso no qual convergem em uma única existência a religião cristã, baseada na Nova Aliança de Cristo, e a vida humana. Quem explicita esse motivo é o próprio apóstolo Paulo que, antes de sua conversão ao cristianismo, era emissário dos líderes judaicos encarregado de perseguir e devastar violentamente as comunidades cristãs (Gl 1,13; At 9,1-6). A razão da

3 Os Salmos, que se referem à situação de desalento dos israelitas, identificam-nos como sendo os “humildes” grupos de sobreviventes de Israel que residem na Terra Prometida. O termo “humildes” (?*ânawîm*) ocorre em Sl 9,13; 10,12; 10,16; 18,36; 22,27; 25,9; 34,3; 37,11; 45,5; 69,33; 76,10; 147,6.

4 Impõe-se à consideração do teólogo um conhecimento esclarecido do que seja o âmbito da história salvífica universal do NT, sob pena de não saber distinguir entre a função da Igreja Católica, como mediação dos dons salvíficos para toda a humanidade, e as outras igrejas cristãs, como mediação dos dons salvíficos para o âmbito restrito de sua comunidade apenas. Em vista dessa comunidade é que os ministros ordenados do culto poderiam ser homens e mulheres, porque não visam oferecer um sacrifício como ratificação da Aliança sagrada, mas apenas realizar um rito cultural a título de ceia de confraternização entre os fiéis.



ferrenha oposição de Paulo à religião cristã não era o fanatismo religioso de um indivíduo imaturo que procura solucionar seus problemas, mas era a ameaça à *sobrevivência da religião judaica*. Pois essa sobrevivência estava em jogo com o surgimento do cristianismo que se tornou legítimo herdeiro das tradições religiosas do Povo Eleito. Daí, o legado religioso do Antigo Testamento será transmitido, de então por diante, não pelo judaísmo, seja do partido dos fariseus, dos saduceus, ou dos essênios, mas pelo cristianismo, como novo fator de continuidade histórica⁵. Além disso, tratava-se da própria credibilidade exigida de uma religião que transmitia aos fiéis os dons salvíficos de Deus, como era o caso do judaísmo antes da vinda do cristianismo. Ora, a religião judaica deixou de ser uma religião viva⁶, quando perdeu a celebração da liturgia e a oferta de sacrifícios após a destruição do Templo, como assinala o próprio J.H. Newman⁷.

Surge a pergunta pelo motivo de serem os presbíteros que exercem o múnus sacerdotal na Igreja⁸. A resposta está na comprovação do fato de que os bispos e presbíteros participam no único sacerdócio e ministério de Cristo, porque os apóstolos receberam o múnus sacerdotal dos próprios lábios de Cristo: “Fazei isto em memória de mim!” (1Cor 11,24), isto é «fazer o memorial em honra de Cristo e não como ceia de confraternização em honra da comunidade cristã»; o “memorial” em questão é o sacrifício memorial da Aliança de Cristo. Ora, os bispos de hoje correspondem aos apóstolos de então, que eram os líderes cristãos reconhecidos pela Igreja, porque uma comunidade cristã fundada por um apóstolo possuía a plenitude de doutrinas e sacramentos e era capaz de fundar outras comunidades.

- 5 Cf. J. MURPHY-O’CONNOR, *Paulo: Biografia Crítica*, (Trd. B.T. Lambert), São Paulo: Edições Loyola, 2000, p. 82-83, (Original inglês 1996).
- 6 Veja-se o tema sobre a “caducidade da antiga Aliança e da Lei Mosaica”, no artigo de Raymond WINLING, “Judaïsme et christianisme d’après le *Dialogue avec Tryphon de Justin*”, em *Esprit et Vie*, Nº 134, Septembre 2005, p. 12-18.
- 7 Cf. J.H. NEWMAN, em *Parochial and Plain Sermons*, (1834-42), edição completa e definitiva em 37 volumes, Londres, 1870-1879, citado por E. Przywara, *The Heart of Newman*, London: Burns and Oates, 1963, p. 39. É interessante notar que J.H Newman é o escritor católico mais citado no Concílio Vaticano II. Quanto à questão da religião viva, chamamos a atenção do leitor para a análise aprofundada da mesma temática segundo o ponto de vista judaico, e também a crítica demolidora ao judaísmo clássico, que se lê no livro de Israel SHAHAK, *História Judaica, Religião Judaica*, Lisboa: Ed. Hugin, 1997, (Original inglês 1994, reimpr. 1997): “o judaísmo não é uma religião bíblica, porque a interpretação dos textos bíblicos não é a que provém do sentido literal, mas a que é imposta pelo Talmude após o séc. V d.C.” p. 53.
- 8 Concílio Vaticano II, *Presbyterorum Ordinis*, sobre o ministério e a vida dos Presbíteros, n.3.



O marco referencial do sacerdócio do NT encontra-se na *Carta aos Hebreus*, que responde à questão levantada pelos sacerdotes judeus que ingressaram no cristianismo. Perguntaram eles aos apóstolos se porventura a religião cristã era uma instituição ou um movimento de religiosidade. Em resposta apontou-se para o sistema religioso da Igreja instituída por Cristo, os sacramentos e o culto sacrificial como comprovante da Igreja institucional. Entretanto, a validade dos sacrifícios oferecidos no culto dependia do sacerdote validamente instituído. Enquanto no AT a legitimidade do sacerdote israelita era fundamentalmente uma questão da pertença à linhagem das famílias com função sacerdotal no Templo⁹, no cristianismo é considerado carisma, dom do Espírito Santo, em função do ministério oficial na Igreja. Por isso, na vocação sacerdotal, é de importância fundamental o discernimento espiritual do candidato, as orientações da comunidade cristã e os critérios de aptidão estabelecidos pela autoridade eclesiástica. Daí não se podia simplesmente fazer uma analogia com os ministros do culto em outras religiões, como por exemplo, os sacerdotes judaicos, ou os oficiantes do culto sacrificial entre os romanos. Tampouco era possível fazer uma inovação no culto cristão introduzindo sacerdotisas, como havia as Vestais no templo do Foro Romano. A explicação desta função feminina é o tipo de religião da fertilidade em voga entre as sociedades primitivas, quando se celebravam festas rituais e cerimônias culturais por ocasião da transição entre os ciclos da natureza, para assegurar a fertilidade dos campos e dos rebanhos¹⁰. Nas religiões naturais não existe a instituição da Aliança sagrada nem coisa parecida.

Desde a origem do cristianismo, o apóstolo Paulo teve influência marcante para a participação dos fiéis na celebração litúrgica. Ele queria que as comunidades de fé não reduzissem alguns à função de *locutores* e outros à de *ouvintes*, ou de atribuir àqueles o papel de *animadores*, e relegar estes à posição de *espectadores*. Em vista disso, instituiu a função da mulher como Ministra da Palavra e Ministra da Eucaristia, inovação

9 A pertença aos clãs e às famílias sacerdotais parece, à primeira vista, que se trata meramente de uma diferenciação ocupacional dentro da sociedade israelita a respeito da profissão cultural nos santuários, quando na realidade é uma instituição divina para fins de mediação dos dons salvíficos da Aliança sagrada em benefício do Povo Eleito.

10 Bem diferente é o papel da Vestal egípcia, que era tida como consorte real do deus Amon, como elo de ligação entre a classe sacerdotal e os faraós, como representante no governo administrativo sobre os bens da coroa e da classe sacerdotal como também na política, visando a garantir-lhes os privilégios. Pode-se citar também o papel da mulher como sumo sacerdotisa em Tebas na 20ª e 21ª dinastia no Egito em 1100 aC. Cf. Joachim WACH, *Sociologia da Religião*, São Paulo: Ed. Paulinas 1990 (Original inglês 1971), p. 362.



essa que não teve aceitação generalizada em todas as comunidades cristãs, a julgar pela glosa sobre a *lei do silêncio* imposta à mulher, durante a celebração litúrgica (1Cor 14,33b-36), introduzida no texto da I. *Carta aos Coríntios* em época posterior, em torno de 100 d.C. Trata-se de uma interpolação pós-paulina, pois o teor contradiz o que anteriormente (em 1Cor 11,5) é mencionado sobre a mulher que reza (isto é, recita em voz alta as preces dos fiéis) e profetiza (isto é, faz a leitura dos textos bíblicos) na Liturgia da Palavra, durante a celebração eucarística¹¹. É de notar-se a terminologia em uso nas Cartas Paulinas, quando se referem ao “sacerdote” com o termo genérico “agente” do culto (em grego: *angelos*) [1Cor 11,10], com exceção da *Carta aos Hebreus* que usa o termo próprio “sacerdote” (em grego: *hiereus*). O motivo de usar-se um termo genérico com várias conotações (“anjo, agente do culto, mensageiro, arauto”) em lugar do termo próprio “sacerdotes” é intencional, porque se visa evitar um mal-entendido. Pois os gentio-cristãos haveriam de pensar em sacerdotes pagãos a serviço dos deuses tutelares, ao passo que os judeu-cristãos os identificariam com os sacerdotes do Templo em Jerusalém.

É de notar-se a diferenciação funcional entre “apóstolo” e “presbítero” nos *Atos dos Apóstolos*, nas *Cartas Pastorais*, nas *Cartas Católicas*. É que a função do “apóstolo” é reservada aos membros do Colégio Apostólico, que é o elo de ligação entre a comunidade sociológica de Cristo junto com o grupo dos “Doze” e as colunas da Igreja na era apostólica, entre as quais se destaca São Paulo como “apóstolo dos gentio-cristãos”, equiparado a São Pedro, o “apóstolo dos judeu-cristãos” (Gl 2,7-8; Rm 15,16). São os “apóstolos” que exercem o sacerdócio não só nas atividades litúrgicas das comunidades cristãs, mas também no múnus do magistério, da jurisdição e da hierarquia. Isto se deve ao fato de que aos apóstolos foi conferida a plenitude do sacerdócio e por isso possuíam o poder da sucessão episcopal. Ora, a garantia da plenitude de doutrinas e sacramentos era um ponto crucial quando se tratava de fundar novas comunidades cristãs, em comunhão com os demais líderes e grupos de fiéis, sem desvios ou inovações espúrias a título de aculturação da fé cristã à mentalidade das novas gerações. Quanto à autoridade eclesial, o apóstolo tinha o poder de atuar até mesmo nas comunidades cristãs que

11 O texto em questão menciona o “véu” que a mulher tem que usar quando está atuando na liturgia: “Deve a mulher trazer o sinal de autoridade, em respeito aos anjos” (hoje se usa o jaleco branco com emblema eucarístico). Quanto à lei do silêncio imposta à mulher, ver os argumentos dessa explicação no comentário de H.-J. KLAUCK, *1. Korintherbrief* (DNEB), Würzburg: Echter Verlag, 3. ed. 1992, p. 104-106.



não foram fundadas por ele, como por exemplo São Paulo que escreveu uma carta aos romanos, comunicando-lhes sua intenção de exercer seu apostolado em Roma, onde São Pedro tinha implantado a religião cristã (Rm 15,24). É de notar-se também que a palavra “bispo” não designa a função que tem a partir do séc. II até hoje, mas se identifica com “presbítero”¹².

2. Função diretiva na Igreja em mãos de homens e mulheres

Desde a Antigüidade até o tempo atual constam escritos de autores cristãos que se detiveram a refletir sobre as atividades de homens e mulheres na Igreja. Houve a tentativa de equiparar as atividades da mulher na Igreja como um “sacerdócio do Reino de Deus” em função equivalente às atividades do homem no “sacerdócio ministerial”. Em pauta está a necessidade de salvaguardar o carisma para as atividades em prol da comunidade cristã. Por isso não basta apelar para uma diferenciação ocupacional nas comunidades de fé, tanto na organização e na administração como nas atividades pastorais, mas é preciso levar em consideração o carisma para as funções eclesiais que não sejam simplesmente do tipo burocrático, ocupacional e supletivo da hierarquia eclesial.

Função diretiva no magistério, na jurisdição e no múnus sacramental, é exercida pelos ministros ordenados, ao passo que funções de liderança nas paróquias são exercidas por homens e mulheres. Como prova do ministério paroquial desempenhado por mulheres mencionamos duas paróquias na cidade de Seattle, no Estado de Washington, na América do Norte. Por causa da escassez de sacerdotes católicos, surgiu a oportunidade de líderes leigas entrarem no ministério paroquial. Citamos o fato de duas mulheres ocuparem o cargo de pároco: Victoria Ries na paróquia de São Patrício e Patty Repicoff na paróquia de Sta. Teresa.

12 Outros graus da hierarquia: tanto na ordem do magistério e autoridade eclesiástica como na ordem do sacerdócio, são os “núncios” apostólicos, à disposição de São Paulo, a saber, Timóteo e Tito (2Tm 4,9-12; Tt 3,12). Cf. os três graus hierárquicos: bispos-presbíteros-diáconos. O “bispo” tinha o ofício de presidir a liturgia (1Tm 5,17; Tt 1,5), pregar e ensinar (1Tm 3,4ss; Tt 1,6); suas virtudes não são extraordinárias (1Tm 3,2ss), mas devem ser irrepreensíveis (1Tm 3,2; Tt 1,6) e tenham virtudes que os distingam do comum dos fiéis (1Tm 5,17ss) e se empenhem no serviço da Igreja. As virtudes dos diáconos são parecidas aos outros, mas suas funções não se mencionam por serem conhecidas: administração dos bens da Igreja e exercício da caridade.



Elas encaram sua tarefa da seguinte maneira: “Nosso papel consiste meramente em despertar os dons do Espírito Santo, pois acreditamos que possuímos todos os dons de que nossas comunidades precisam”. Ambas as mulheres queriam que suas comunidades refletissem e atuassem por si mesmas e sentiram que isso tenha sido alcançado. Patty falou sobre as raízes do crescimento, em sua primeira homilia para a comunidade: “Nós pisamos no mesmo chão, minha autoridade provém do batismo tanto quanto a de vocês. Não sou ordenada. Estamos aqui juntos e meu papel nesta comunidade consiste em despertar todos os dons conferidos a nós no batismo, dons que aqui partilhamos”¹³.

Entre os muitos ministérios não-ordenados, já colocados em prática, de modo especial na América Latina, encontramos: ministros da Palavra, da Eucaristia, da Liturgia, da Assistência Sacramental, da Catequese, da Evangelização, do Culto, dos Cantos, dos Círculos Bíblicos, dos Grupos de Jovens, de Famílias, das Finanças, das Vocações, da Ação Solidária, dos Professores de religião; da Recuperação, da Reconciliação, do Dízimo, da Catequese Familiar; do Serviço Missionário, dos Conselhos Paroquiais, da solidariedade (presidiários, idosos, enfermos) e outros serviços de coordenação, animação, assessoria nos campos sociais, artísticos, desportivos, férias, lazer, promoção da mulher, indústrias, fábricas, centros educativos populares, aconselhamentos, operários, universitários, alfabetização, crianças de rua; jovens viciados; pessoas sem teto, assessorias nos Tribunais Eclesiásticos, nas Cúrias...tantas as situações de necessidades, tantas serão as possibilidades de ministérios e serviços da Igreja¹⁴. A grande variedade de atividades pastorais se deve buscar na missão da Igreja de colocar a mediação de Cristo na liturgia e na vida através de tarefas comunitárias, que são inúmeras em quantidade e em variedade.

3. Papel da mulher na Igreja como educadora da fé na família

O Concílio Vaticano II valoriza a família como “Igreja doméstica”, situando-a no âmbito eclesial e social como célula básica da sociedade,

13 Patrick WHITE, “Two women ministers”, em *The Tablet*, vol. 248, n. 8032, 16 July 1994, p. 890-891. Podemos citar também as “vigárias” instituídas em paróquias no Brasil.

14 Cf. Ir. Gertrude MARQUES, “A Mulher e os ministérios na Igreja”, em *Encontros Teológicos*, p. 145-170.



atribuindo-lhe a função educadora no cultivo e na vivência da fé das crianças, que são os futuros cristãos da comunidade de fé e da comunidade ética. Não é o caso de concessão tácita às mulheres que exerçam um papel de reconhecida importância na formação cristã¹⁵. Definir a família como “*Igreja doméstica*” é admitir sua competência em exercer a missão de consolidar a fé cristã no seu âmbito e ajudar na expansão da vida cristã na vizinhança, nas comunidades de trabalho e nos grupos de encontro, mediante o exemplo de vida do casal e dos filhos, pois os filhos serão de grande ajuda no testemunho cristão pela vida concreta que exerce influência sobre outros da mesma faixa etária¹⁶. Ao relacionar a família com a Igreja se visa assinalar a finalidade da mediação dos dons salvíficos para proveito dos membros da sociedade que não frequentam a Igreja. Se a família fosse comparada com uma “ermida” ou um “reduo” de felicidade, a idéia que surgiria daí seria a convergência e absorção das múltiplas relações entre os pais na interação de um egoísmo a dois, sem as irradiações do amor e da fé sobre os filhos e o âmbito social. A relação da família com a Igreja local tende a fortalecer o vínculo da “Igreja doméstica” com a comunidade eclesial através de uma pedagogia atualizada na aprendizagem da doutrina e da vivência cristã que estão em vigor na *paróquia*¹⁷, suprimindo atitudes e práticas de piedade baseadas em crenças ou em tradições arcaicas ou deturpadas por superstições, que eventualmente continuam em uso pelo simples motivo de os pais nunca as terem substituído por ensinamentos atualizados nos cursos de formação da fé cristã. Entretanto, convém ampliar o âmbito da “Igreja doméstica” incluindo também a creche, onde a criança passa os anos de infância desde a mais tenra idade até ingressar no pré-primário da escola. Pois a creche pode de fato ser considerada como extensão da família, porque são os pais que escolhem qual deva ser o ambiente que mais condiz com

15 Concílio Vaticano II, *Lumen Gentium*, sobre a Igreja, n. 11. No capítulo IV sobre os “leigos” são desenvolvidas as várias atribuições que revestem os fiéis no âmbito eclesial e no mundo (n.30-38). Notável é o parágrafo sobre o “casal” (n.41) que tem no sacramento do matrimônio a certeza da presença atuante de Cristo e a garantia de ter as graças divinas ao seu alcance.

16 Se as mães de família educam as crianças nos princípios cristãos, merecem o reconhecimento não só da Igreja, mas de toda a sociedade, porque a triste alternativa seria de mães frustradas e oprimidas transmitirem aos filhos sua frustração e revolta, de sorte que quando esses se tornarem adolescentes haveriam de se bandear para a marginalidade, as drogas, os crimes e a luta armada.

17 Cf. CNBB, *Diretório da Pastoral Familiar*, Documentos da CNBB 79, São Paulo: Ed. Paulinas 2004, n.25; n.40. CELAM, *Conclusões de Santo Domingo*, IV. Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, n.297.



suas convicções religiosas e quais são as educadoras em sintonia com os ideais da família¹⁸.

Com efeito, a família é para tornar-se um itinerário de fé, na qual “todos os membros evangelizam e são evangelizados. Tal família torna-se então evangelizadora de muitas outras famílias e do ambiente no qual está inserida”¹⁹. A importância da dedicação gratuita e generosa dos pais para com os filhos e a correspondência dos filhos, a sua gratidão, a realização profissional como retorno aos cuidados maternos e paternos, a sua alegria e bondade, são, na família, parte constitutiva da “Igreja doméstica” e representam para os pais um pré-núncio da felicidade eterna²⁰. Por isso, recomenda-se aos pais que sirvam de modelo para as virtudes humanas e cristãs que os filhos aprendam de forma insubstituível no próprio lar: honestidade, solidariedade, respeito, sinceridade, lealdade, fortaleza, laboriosidade, constância, fidelidade, prudência, justiça, temperança, castidade, desprendimento, sobriedade, humildade e tantas outras. As crianças e os jovens têm de aprender em casa as verdades fundamentais da fé e sua prática: a vida de piedade e a freqüência aos sacramentos²¹.

Surge a pergunta: Por que a Igreja valoriza tanto a família, nos documentos pontifícios, conciliares e episcopais. Precisando responder de maneira fundamentada e não genérica, mencionamos o fato de que o cristão desempenha sua missão na vida como indivíduo à luz da religião e da ética. Isso se realiza, não na autonomia de pensamento e de ação, mas na situação concreta dentro da família, da comunidade de fé e do grupo de compromisso, que fomentam a aquisição e a interiorização dos valores religiosos e éticos, de atitudes, modelos de pensamento, comportamentos e funções que pouco a pouco se converterão em fonte de sua orientação cognoscitiva e operante. A motivação para o desempenho dessa missão na vida é sua pertença ao Povo de Deus, onde lhe está garantida sua participação na sagrada Aliança entre Deus e seu povo²².

18 “Os pais são os primeiros, mas não os únicos educadores de seus filhos. Compete, pois, a eles exercer com sentido de responsabilidade a sua obra educativa em colaboração estreita e vigilante com os organismos civis e eclesiais”, veja-se Pontifício Conselho “Justiça e Paz”, *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, São Paulo: Ed. Paulinas 2005, p. 147, n.240.

19 PAULO VI, Encíclica *Humanae Vitae*, Roma 1968, n.71.

20 *Pastoral Familiar*, *op.cit.* n.133.

21 *Pastoral Familiar*, *op. cit.* n.140; n.142.

22 Y. SIMOENS, “La famille à la lumière des donées bibliques”, em *Nouvelle Revue Théologique*, Tome 127, N° 3, Juillet-Septembre 2005 p. 354-372: Aliança – Povo – Família: o indivíduo participa da Aliança através de sua inserção na comunidade de fé.



4. A família como escola de enriquecimento humano

A tarefa educativa da família, comparada com uma escola de enriquecimento humano, visa o aprimoramento da criança com métodos apropriados ao crescimento e desenvolvimento humano²³. É importante notar que o papel da mãe da família como educadora é reconhecido pela Igreja, dando-lhe o respaldo eclesial pelo fato de ela encarnar a virtude da *docilidade* para com Cristo, como o ensina o apóstolo Paulo: “as mulheres casadas sejam dóceis ao SENHOR e dêem mostras disso aos maridos” (Ef 5,22)²⁴. Daí, a atitude cristã fundamental na vivência da fé estende-se desde o âmbito eclesial até o âmbito da família. Com efeito, a família é o berço da vida comunitária e mediadora das relações entre os indivíduos e a coletividade, pois difunde um projeto baseado na solidariedade em formas comunitárias de vida. Ela é uma instituição humana capaz de proporcionar uma integração afetiva e emocional do casal e dos filhos, com base na docilidade na aprendizagem, e ainda uma assistência continuada e eficaz aos membros mais frágeis da comunidade, como crianças, idosos e portadores de qualquer deficiência. Por que o lar é mais apropriado à mediação das relações entre os indivíduos e a coletividade que uma creche ou um orfanato? Porque no âmbito da família situa-se a relação entre homem e mulher, e entre pais e filhos, que representa o contexto em que é chamada a realizar-se também a *espiritualidade familiar*. Trata-se de uma espiritualidade porque a

23 Concílio Vaticano II, *Gaudium et Spes*, sobre a Igreja no mundo de hoje, n.48 O ofício da educação, sobretudo religiosa, compete em primeiro lugar aos pais. N.52: A família é uma escola de enriquecimento humano.

24 O adjetivo grego é geralmente traduzido por “submisso”, referindo-se ao relacionamento da esposa com o marido, na concepção de que o matrimônio do casal simboliza o relacionamento entre Cristo e a Igreja. Numa outra perspectiva, a união de Cristo com a Igreja está em paralelismo com o matrimônio cristão. Por isso, a conotação do adjetivo mais apropriado aqui é “dócil”, em lugar de “submisso”.

Aliás, a questão da “submissão” da mulher no casamento tem que ser levantada no “Curso de Noivos”, pois é um fator determinante do bom entrosamento numa união conjugal. Entre as tensões que surgem na vida cotidiana da família, não há outra causa de incompatibilidade que tanto exacerbe o conflito e a irreconciliabilidade como aquela da submissão física, moral e emotiva que alguns maridos impõem à esposa. Essa submissão tem por efeito uma alteração da própria personalidade psicológica da mulher a ponto de despojá-la de sua dignidade de pessoa humana, ao reduzir seu comportamento a meras reações estereotipadas como os movimentos programados de um robô. Acarreta também a privação do sentimento de satisfação porque não consegue realizar a sociabilidade com outros seres de seu próprio círculo, já que se sente tolhida em sua criatividade e espontaneidade no relacionamento humano.



convivência humana baseia-se no intercâmbio animado pelo amor e pela piedade para com Deus e para com as pessoas, favorecendo a completa educação pessoal e social dos filhos²⁵. O fator determinante na vida espiritual é o amor a Deus e ao próximo, porque o ser humano só se desenvolve como pessoa através do amor e só se transcende a si mesmo, quando sua existência, imbuída de amor, é partilhada com os de sua família e se estende para Deus, através de sua ação participativa na missão da comunidade de fé.

A importância da espiritualidade familiar inspirada na experiência de fé e vivenciada no lar está na percepção da presença atuante de Deus na vida cotidiana. Essa experiência de fé é descrita pelo salmista como manifestação verdadeira da bondade divina que transborda de amor para com o ser humano: Antes que alguém professasse a fé em Deus, a solicitude e a ternura de sua mãe eram a expressão da própria bondade divina para com ele.

*¹⁰ Na verdade, és tu que me tiraste do ventre materno
e me confiaste aos seios de minha mãe.*

*¹¹ Desde o nascimento fui entregue a ti,
desde o ventre de minha mãe és tu meu Deus (Sl 22,10-11).*

Alguém poderia objetar que o salmista projeta um sentimento subjetivo para Deus, como mera sublimação do amor, elevando-o ao nível mais elevado, a saber, o amor de doação. Mas essa contestação só seria válida, se o indivíduo em questão fosse uma pessoa avulsa rezando a Deus e não, como é o caso aqui, de um dos fiéis da comunidade de fé e membro do Povo Eleito. Com efeito, é interrogando a razão iluminada pela fé que entendemos o elemento essencial de nossa perfeição sendo o amor que nos une a Deus, que se autocomunica através da Aliança sagrada com seu povo²⁶.

A educação da fé cristã em casa fica, em grande parte, a cargo da mulher inculcando noções fundamentais e a prática da fé. Ela ensina o

25 CNBB, *Pastoral Familiar*, op. cit. n.116.

26 O salmista identifica o servo sofredor no Salmo 22 (21) como “amigo de Deus” (Is 41,8), e como tal é figura representativa do Povo Eleito, passando pela provação extrema de se sentir abandonado por Deus, embora continuasse em vigor a Aliança sagrada com o povo de Israel. São quatro poemas dedicados ao “Servo do Senhor” (Is 42,1-4; 49,1-6; 50,4-9; 52,13—53,12). Nesses poemas se descreve o amor divino encarnado na figura humana como “amor de doação”. Nos textos fora da Bíblia se fala de diversos tipos de amor: o amor oblativo, amor solícito, amor possessivo, amor contrito, amor confiante, amor agradecido, amor benevolente, amor erótico, amor livre, etc.



que aprendeu nos cursos de catequese, de crisma e na liturgia dominical onde se adota a metodologia centrada na tríplice dimensão: é palavra, memória e testemunho. A educação da fé em casa se faz através do testemunho e da vivência pessoal. A ênfase está na criação e educação dos filhos. Pois o filho é o espelho que reflete o modo de vida dos pais. Dizem que o filho faz o que os pais fazem, e não o que eles mandam fazer. Inconscientemente, o filho repete aquilo que os pais fazem. Por isso, a melhor maneira de educá-lo é agir como *modelo*. “O filho aprende imitando os pais”: é o dito popular que confirma essa verdade. Além disso, a convivência cotidiana dos pais tem impacto na alma das crianças pelo fato de aliar-se a educação cristã à confiança na ajuda de Deus para vencer as dificuldades na vida conjugal e no sustento da família.

A importância da educação cristã por parte da família não consiste precipuamente no ensino de verdades reveladas, mas na *assimilação* da vivência cristã que se torna um itinerário de fé desde a infância até à juventude²⁷. É dentro da respectiva faixa etária dos filhos e em etapas sucessivas que a mãe de família vai transmitindo valores culturais, éticos, sociais, espirituais e religiosos, essenciais para o desenvolvimento e bem-estar de seus próprios filhos e da sociedade. O processo de aprendizagem é tanto mais eficaz quanto mais apropriado for o método de *acompanhamento* personalizado dos educandos para abrir-se ao diálogo, para o encontro etc., e quanto mais adequadas forem as orientações para enfrentar ou neutralizar as influências dos grupos de contestação e de anarquia rondando pelas ruas. Com o correr dos anos, os adolescentes e adultos acalentam gratas recordações de sua vida em família, durante a infância, como ponto de referência, mesmo quando deixaram de frequentar a Sta. Missa e os Sacramentos da Igreja. Essa referência à sua família não se dilui em saudosismo do passado nem evoca lembranças dolorosas, antes pelo contrário, é um vínculo de relação com a religião católica capaz de preservar sua identidade religiosa e, muitas vezes, faz com que alguém volte à prática da fé, quando arrefeceu o fervor ou foi vítima do indiferentismo.

Conclusão

À guisa de conclusão, vem muito a propósito lançar um olhar de conjunto sobre a função da mulher, como a *alma* da família, e a função

27 CNBB, *Missão e Ministérios dos leigos e leigas cristãos*, Estudos da CNBB 77, n.38.



do Espírito Santo como alma da Igreja. Daí, a mulher não precisa pensar que tem que extrapolar do âmbito familiar e estender sua atuação para o âmbito hierárquico para realizar-se e estimular a busca da autopromoção pessoal. Pois a Igreja tem o Cristo Ressuscitado que lhe dá consistência e coesão institucional e o Espírito Santo marca sua presença atuante graças aos méritos de Cristo. Ora, o Espírito Santo não é um princípio feminino, mas é o Autor que dá os *carismas* para as funções na Igreja. Por conseguinte, existe uma convergência das atividades pastorais onde não prevalecem os interesses masculinos sobre os femininos, mas estima e apreço mútuo pelas peculiaridades e diferenças que enriquecem o bem comum da comunidade de fé.

Referências bibliográficas

Concílio Vaticano II, *Lumen Gentium*, sobre a Igreja: n.11, esposos cristãos têm um dom especial no meio do Povo de Deus, exercendo-o na educação dos filhos; n.13, vários ofícios; n.30-38, os Leigos; n.41, o Casal; n.43, os Religiosos.

Concílio Vaticano II, *Gaudium et Spes*, sobre a Igreja no mundo de hoje: n.48, o ofício da educação, sobretudo religiosa, compete em primeiro lugar aos pais; n.52, a família é uma escola de enriquecimento humano.

Concílio Vaticano II, *Presbyterorum Ordinis*, sobre ministério e vida dos presbíteros: n. 3.

PAULO VI, Encíclica *Humanae Vitae*, sobre a vida conjugal, 1968.

JOÃO PAULO II, *Familiaris Consortio*, “A Missão da Família cristã no mundo de hoje”, São Paulo: Ed. Paulus 1981.

CELAM, *Conclusões de Puebla*, III. Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. Evangelização no presente e no futuro da América Latina, São Paulo: Ed. Loyola, 1979.

CELAM, *Conclusões de Santo Domingo*, IV. Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, São Paulo: Ed. Loyola, 1992.

CNBB, *Missão e Ministérios dos leigos e leigas cristãos*, Estudos da CNBB 77, São Paulo: Ed. Paulus, 1998.

CNBB, *Diretório da Pastoral Familiar*, Documentos da CNBB, 79, São Paulo: Ed. Paulinas, 2004.



MARQUES, Ir. Gertrude, “A Mulher e os ministérios na Igreja”, em *Encontros Teológicos*, nº 30 (2001/1) p. 145-170.

SYMOENS, Y., “La famille à la lumière des donées bibliques”, em *Nouvelle Revue Théologique*, Tome 127, Nº 3, Juillet-Septembre 2005, p. 354-372: Aliança – Povo – Família: o indivíduo participa da Aliança através de sua inserção na comunidade de fé.

WINLING, Raymond, “Judaïsme et christianisme d’après le *Dialogue avec Tryphon* de Justin”, em *Esprit et Vie*, Nº 134, Septembre 2005, p. 12-18.

Endereço do Autor:

Colégio Catarinense

Caixa postal 153

88010-970 Florianópolis, SC

E-mail: peluis@colegiocatarinense.g12.br